

Cidadão Consciente

ENTENDENDO A INFLAÇÃO



Entenda o que é a inflação, como
ela é gerada e como combatê-la.

www.ELIVROS-GRATIS.net

Entendendo a Inflação

Entenda o que é a inflação, como ela é gerada e como combatê-la.

Compartilhe este Conteúdo

Você tem permissão para repassar este e-book e compartilhar esta informação, desde que mantenha o conteúdo original. Lembre-se que este conteúdo pode ser útil para outras pessoas. Repasse e compartilhe – utilize o poder da Internet para a democratização da informação.

Edição Criada e Formatada por:

<http://www.elivros-gratis.net>

O que você deve saber sobre inflação

Atualmente, nenhum assunto é mais discutido - e mais mal compreendido - do que a inflação. Os políticos falam dela como se fosse algum terrível visitante desconhecido e inesperado, sobre o qual eles não têm qualquer controle - como um dilúvio, uma invasão externa ou uma praga. É algo contra o qual eles estão sempre prometendo "lutar" - e para isso eles só precisam que o Congresso ou o povo dê a eles as "armas" ou "uma lei severa" para fazer o serviço.

Entretanto, a simples e óbvia verdade é que foram os nossos próprios líderes políticos que criaram a inflação através de suas próprias políticas fiscais e monetárias. E eles estão prometendo lutar com a mão direita contra as condições que eles mesmos criaram com a mão esquerda.

A inflação, sempre e em qualquer lugar, é causada fundamentalmente por um aumento na oferta de dinheiro e crédito. Na realidade, a inflação é o aumento na oferta de dinheiro e crédito. Se você procurar no *American College Dictionary*, por exemplo, encontrará a primeira definição de inflação da seguinte maneira:

"*Expansão* indevida ou aumento da *moeda* de um país, principalmente através da emissão de papel-moeda não redimível em moeda sonante."

No entanto, em anos recentes o termo passou a ser usado em um sentido radicalmente diferente. Isso é perceptível na segunda definição dada pelo *American College Dictionary*:

"Um aumento substancial dos preços causado por uma expansão indevida do papel moeda ou do crédito bancário."

Agora, é óbvio que um aumento dos preços causado por uma expansão da oferta monetária não é a mesma coisa que a expansão da oferta monetária propriamente dita. Uma causa ou condição claramente não é idêntica a uma de suas conseqüências. Assim, o uso da palavra "inflação" com esses dois significados bem diferentes gera uma infundável confusão.

A palavra "inflação" originalmente era aplicada apenas para a quantidade de dinheiro. Ela significava que o volume de dinheiro era

inflado, aumentado, exagerado. Não se trata de pedantismo insistir que a palavra deva ser usada apenas em seu significado original. Usá-la com o significado de "um aumento nos preços" é desviar a atenção da causa real da inflação e da real cura para ela.

Vejamos o que acontece em um ambiente inflacionário, e por que isso acontece. Quando a oferta de dinheiro aumenta, as pessoas têm mais dinheiro para trocar por bens. Se a oferta de bens não aumenta - ou não aumenta tanto quanto a oferta de dinheiro - então os preços dos bens irão subir. Cada nota fiduciária individual - por exemplo, o dólar - se torna menos valiosa porque passa a existir uma quantidade maior delas. Assim, um número maior dessas notas será oferecido em troca de, digamos, um par de sapatos ou cem quilos de trigo. Um "preço" é uma razão de troca entre, por exemplo, um dólar e uma unidade de um bem. Quando as pessoas têm mais dólares, elas valorizam menos cada dólar. Assim, o preço dos bens aumenta, não porque eles estejam mais escassos do que antes, mas porque os dólares estão mais abundantes.

Antigamente, os governos inflacionavam através da adulteração da cunhagem das moedas, principalmente através da alteração do teor da liga. Depois eles descobriram que poderiam inflacionar de maneira mais rápida e barata simplesmente jogando papel em uma impressora e imprimindo dinheiro. Foi isso que aconteceu com o assignat francês em 1789, e com a moeda americana durante a Revolução Americana. Hoje, o método é um pouco mais indireto. O governo vende seus títulos ou outras formas de dívida para os bancos. Como forma de pagamento, os bancos criam "depósitos" em seus registros contábeis, depósitos esses que podem ser sacados pelo governo. Em contrapartida, um banco pode vender essas dívidas do governo para o Banco Central (Federal Reserve, no caso dos EUA), que pode pagar por elas de duas maneiras: creditando um depósito na conta que esse banco tem junto ao Banco Central, ou simplesmente imprimindo dinheiro para pagar por elas. É assim que o dinheiro é criado.

A maior parte da "oferta monetária" de um país é representada não pela moeda que passa de mãos em mãos, mas pelos depósitos bancários que são sacados por meio de cheques. Assim, quando os economistas medem nossa oferta monetária, eles somam os depósitos a vista (e, frequentemente, os depósitos a prazo) ao dinheiro fora dos bancos para obter o total. O total de dinheiro e crédito assim medido foi de \$63,3 bilhões ao final de dezembro de 1939, e \$308,8 bilhões ao final de dezembro de 1963. Esse aumento de 388% na oferta monetária foi a razão predominante de os preços atacadistas terem aumentado 138% no mesmo período.

Algumas ressalvas

Frequentemente argumenta-se que atribuir a inflação a somente um aumento no volume de dinheiro é algo "deveras simplista". Isso é verdade. Muitas classificações devem ser consideradas.

Por exemplo, a "oferta monetária" deve ser considerada como algo que inclui não só o estoque de dinheiro físico, que passa de mãos em mãos, mas também a oferta de crédito bancário - especialmente nos Estados Unidos, onde a maioria dos pagamentos é feita via cheques.

Também é algo "deveras simplista" dizer que o valor de um dólar individual depende simplesmente da atual oferta de dólares em circulação. O valor depende também da oferta futura esperada de dólares. Se a maioria das pessoas temer, por exemplo, que a oferta de dólares será ainda maior daqui a um ano, em relação a hoje, então o valor presente do dólar (medido em relação ao seu poder de compra) será menor do que a atual quantidade de dólares pode de fato valer.

Novamente, o valor de qualquer unidade monetária, tal como o dólar, depende não apenas da quantidade de dólares existentes, mas também de sua qualidade. Quando um país sai do padrão-ouro, por exemplo, isso significa que o ouro, ou o direito de se conseguir ouro, repentinamente virou um mero papel. Assim, o valor da unidade monetária normalmente cai de imediato, mesmo que ainda não tenha havido qualquer aumento na quantidade de dinheiro. Isso ocorre porque as pessoas têm mais fé no ouro do que nas promessas ou nas ponderações dos gerentes monetários do governo. De fato, é difícil encontrar um exemplo de algum caso em que uma retirada do padrão-ouro não foi seguida de um aumento do crédito bancário e do dinheiro impresso em circulação.

Em resumo, o valor do dinheiro varia basicamente pelas mesmas razões que varia o valor de qualquer commodity. Assim como o valor de um alqueire de trigo depende não apenas da atual oferta total de trigo, mas também da futura oferta esperada e da qualidade do trigo, o valor do dólar também depende de uma variedade similar de considerações. O valor do dinheiro, assim como o valor de quaisquer bens, não é determinado meramente por relações mecânicas ou físicas, mas primariamente por fatores psicológicos que podem ser complicados.

Ao lidar com as causas e a cura da inflação, é preciso ter em mente quais são as reais complicações; não se deve se deixar ser confundido e enganado por complicações desnecessárias ou inexistentes.

Por exemplo, é muito comum ouvir que o valor do dólar depende não somente da quantidade de dólares, mas também da sua "velocidade de circulação". Um aumento na "velocidade de circulação", no entanto, não é a causa de uma queda adicional do valor do dólar; esse aumento é em si uma das conseqüências do temor de que o valor do dólar vai diminuir (ou, para colocar de outra maneira, da crença de que os preços dos bens vão aumentar). É essa crença que torna as pessoas mais ansiosas para trocar dólares por bens. A ênfase que alguns escritores dão à "velocidade de circulação" é apenas mais um exemplo do erro de se substituir razões reais psicológicas por considerações mecânicas dúbias.

Um outro beco sem saída: como resposta àqueles que dizem que a inflação de preços é causada primariamente por um aumento do dinheiro e do crédito, algumas pessoas argumentam que o aumento dos preços das commodities frequentemente ocorre antes do aumento da oferta monetária. Isso é verdade. Isso foi o que ocorreu imediatamente após a deflagração da guerra na Coréia. Matérias-primas estratégicas começaram a encarecer por temor de que elas se tornariam escassas. Especuladores e produtores começaram a comprá-las e guardá-las, seja para se obter lucros futuros ou para se formar estoques preventivos. Mas para fazer isso, eles tiveram de pedir mais dinheiro emprestado junto aos bancos. Assim, o aumento dos preços foi acompanhado de um aumento igualmente notável dos empréstimos bancários e dos depósitos. De 31 de maio de 1950 até 30 de maio de 1951, os empréstimos feitos pelos bancos daquele país aumentaram em \$12 bilhões. Se esse aumento dos empréstimos não tivesse ocorrido, e dinheiro novo (algo em torno de \$6 bilhões ao final de janeiro de 1951) não tivesse sido impresso para cobrir os empréstimos, o aumento dos preços não teria como ser sustentado. Ou seja, o aumento dos preços só foi possível porque houve um aumento da oferta monetária.

Algumas falácias populares

Uma das mais persistentes falácias sobre a inflação é a assunção de que ela é causada, não por um aumento na quantidade de dinheiro, mas por uma "escassez de bens".

É verdade que um aumento nos preços (algo que, como já vimos, não deve ser identificado com inflação) pode ser causado tanto por um aumento na quantidade de dinheiro como por uma escassez de bens - ou pelos dois, simultaneamente. O trigo, por exemplo, pode ter seu preço aumentado seja porque houve um aumento na oferta de dinheiro ou por ter havido problemas com a safra. Mas raramente se observa, mesmo em condições de guerra total, um aumento generalizado dos preços causado por uma escassez generalizada de produtos. No entanto, tão persistente é a falácia de que a inflação é

causada por uma "escassez de bens" que, mesmo na Alemanha de 1923, depois de os preços terem se elevado em centenas de bilhões de vezes, altos funcionários do governo e milhões de alemães estavam dizendo que a culpa toda era da "escassez geral de bens" - no mesmo momento em que estrangeiros iam comprar bens alemães com ouro ou com suas próprias moedas a preços bem menores do que os preços cobrados por esses mesmos bens em seus países de origem.

O aumento dos preços ocorrido nos EUA desde 1939 é constantemente atribuído a uma "escassez de bens". Contudo, estatísticas oficiais mostram que a taxa de produção industrial em 1959 foi 177% maior do que em 1939, ou aproximadamente três vezes maior. Dizer que um aumento dos preços em tempos de guerra é causado por uma escassez de bens civis também não torna a explicação melhor. Mesmo considerando-se que os bens civis realmente se escassearam em períodos de guerra, a escassez não poderia ter causado um aumento substancial dos preços por um simples motivo: os impostos tomaram uma porcentagem da renda civil tão grande quanto o rearmamento tirou dos bens disponíveis para a população.

Isso nos leva a uma outra fonte de confusão. Frequentemente se fala que um déficit orçamentário é em si algo necessário e suficiente para se causar inflação. Um déficit orçamentário, entretanto, se for totalmente financiado pela venda de títulos do governo pagos através do uso da poupança real não causará inflação. E mesmo um superávit orçamentário, por outro lado, não é uma garantia contra a inflação. Isso ficou provado no ano fiscal que terminou em 30 de junho de 1951, quando houve uma substancial inflação de preços, não obstante tenha havido um superávit orçamentário de \$3,5 bilhões. A mesma coisa ocorreu nos anos fiscais de 1956 e 1957, quando também ocorreram superávits orçamentários. Um déficit orçamentário, portanto, será apenas inflacionário se causar um aumento da oferta monetária. E a inflação pode ocorrer mesmo havendo um superávit orçamentário, bastando para isso haver um aumento da oferta monetária.

A mesma cadeia de causalidade se aplica às chamadas "pressões inflacionárias" - particularmente a famosa "espiral de preços e salários". Um aumento dos salários para níveis acima do "nível de equilíbrio", se não for precedido, acompanhado ou rapidamente seguido de um aumento da oferta de dinheiro, não causaria inflação; causaria simplesmente um aumento no desemprego. E um aumento nos preços sem um aumento do dinheiro no bolso das pessoas iria causar apenas uma queda nas vendas. Aumento de preços e salários, para resumir, é normalmente consequência da inflação. Esse

aumento só pode causar inflação se ele forçar um aumento da oferta monetária.

A cura para a inflação

A cura para a inflação, como todas as curas, consiste principalmente em remover a causa dela. A causa da inflação é o aumento da moeda e do crédito. A cura é parar de aumentar a moeda e o crédito. A cura para a inflação, em suma, é parar de inflacionar. Simples assim.

Apesar de ser simples em princípio, essa cura frequentemente envolve decisões complexas e desagradáveis em seus detalhes. Começemos com o orçamento federal. É praticamente impossível evitar a inflação tendo déficits contínuos e pesados. É quase certo que esses déficits serão financiados por meios inflacionários - isto é, pela direta ou indireta criação de mais dinheiro. Enormes gastos governamentais não são em si inflacionários - desde que sejam totalmente financiados com receitas de impostos, ou através de empréstimos que serão pagos inteiramente através do uso da poupança real. Mas a dificuldade inerente a ambos esses métodos de pagamento é que, a partir do momento em que os gastos ultrapassam um certo ponto, torna-se inviável utilizar apenas impostos ou empréstimos para cobri-los; assim, é praticamente inevitável que o governo recorra às impressoras do banco central.

Ademais, apesar de considerarmos que enormes gastos completamente financiados por enormes impostos não são necessariamente inflacionários, eles inevitavelmente reduzem e desorganizam a produção, e enfraquecem qualquer sistema de livre iniciativa. O remédio para os enormes gastos governamentais, portanto, não está em impostos igualmente enormes, mas em parar a ganância descontrolada.

Pelo lado monetário, o Tesouro e o Banco Central (Federal Reserve System) devem parar de criar dinheiro artificialmente barato - isto é, eles devam parar de manter as taxas de juros arbitrariamente baixas. O Banco Central não deve retornar à antiga política de comprar os próprios títulos do governo a seus valores de face. Quando as taxas de juros são mantidas artificialmente baixas, elas estimulam um aumento de empréstimos. E isso leva a um aumento da oferta monetária e de crédito. O processo funciona das duas maneiras, pois é necessário aumentar a oferta monetária e de crédito para se manter as taxas de juros artificialmente baixas - e vice-versa. É por isso que uma política de "dinheiro barato" e uma política de valorização dos títulos do governo são simplesmente duas formas de se descrever a mesma coisa. Quando os bancos subsidiários do Federal Reserve (*12 bancos que fazem de fato as operações determinadas pelo Banco Central*) compram os títulos do governo -

que até então pagavam juros de, digamos, 2,5% -, pagando por eles o equivalente ao valor de face, eles derrubam as taxas de juros de longo prazo para 2%. E eles, na realidade, pagam por esses títulos simplesmente imprimindo mais dinheiro. É esse processo que é conhecido como "monetização" da dívida pública. A inflação vai durar enquanto durar esse processo.

O Banco Central, se estiver de fato determinado a parar a inflação e cumprir com suas responsabilidades, irá se abster dos seus esforços de manter baixas as taxas de juros e de monetizar a dívida pública. Ele deveria retornar à tradição que dita que a taxa de redesconto de um banco central deve normalmente (e principalmente em um período inflacionário) ser uma taxa de "punição" - isto é, uma taxa maior do que aquela que os bancos membros da Reserva Federal conseguem em seus empréstimos mútuos.

Quero aqui declarar minha convicção de que o mundo jamais vai sair da atual era inflacionária a não ser que ele retorne ao padrão-ouro. O padrão-ouro fornecia um controle praticamente automático sobre a expansão interna do crédito. É por isso que os burocratas quiseram abandoná-lo. Além de ser uma defesa contra a inflação, o padrão-ouro é o único sistema que já deu ao mundo o equivalente a uma moeda internacional.

A primeira pergunta a ser feita atualmente não é como podemos parar a inflação, mas, sim, se nós realmente queremos fazer isso. Um dos efeitos da inflação é provocar uma redistribuição da riqueza e da renda. Em sua fase inicial (até que ela alcance o ponto em que distorça e debilite totalmente a estrutura de produção da economia), ela beneficia alguns grupos às custas de outros. Os primeiros são aqueles privilegiados que recebem antes de todos os outros o dinheiro que é recém criado. Nesse momento, o valor do dinheiro ainda não foi diluído e, assim, esse grupo, que está mais rico, tem acesso privilegiado a todos os bens disponíveis, que ainda estão com os preços antigos. À medida que esse novo dinheiro vai perpassando os vários setores da economia, os preços vão subindo. Quando esse dinheiro chega à base da pirâmide, todos os preços já aumentaram. Houve, assim, uma transferência de riqueza dos mais pobres, que arcam com o ônus da inflação, para os mais ricos, que adquiriram bens a preços anteriores à inflação. Dessa forma, um número cada vez maior de cidadãos passa a integrar o segundo grupo, que não consegue desfrutar do alto padrão de vida que a inflação monetária traz para os poucos privilegiados do primeiro grupo. Assim, os integrantes do primeiro grupo adquirem um interesse velado em manter a inflação. Muitos ainda continuam com a ilusão de que podem virar o jogo - que podem aumentar a renda de maneira mais rápida que o custo de vida. Dessa forma, há uma grande dose de

hipocrisia nos protestos contra a inflação. Muitos estão na realidade gritando: "Congelem os preços e a renda de todos, menos a minha".

Os governos são os piores criminosos em toda essa hipocrisia. Ao mesmo tempo em que eles professam estar "lutando contra a inflação", eles estão seguindo a conhecida política do "pleno emprego". Como um defensor da inflação certa vez escreveu na *The Economist*: "A inflação é noventa por cento de qualquer política de pleno emprego."

O que ele esqueceu de acrescentar é que a inflação sempre termina em uma crise e em um colapso da economia; e que pior do que esse colapso em si pode ser a ilusão do público de que o colapso foi causado, não pela inflação anterior, mas pelos defeitos inerentes ao "capitalismo".

A inflação, para resumir, é o aumento no volume de dinheiro e do crédito bancário em relação ao volume de bens. Ela é danosa porque deprecia o valor da unidade monetária, aumenta o custo de vida para todos, impõe o que é de fato um imposto sobre os mais pobres (sem isenções) a uma alíquota tão alta quanto a dos impostos sobre os mais ricos, destrói o valor das poupanças acumuladas, desestimula a poupança futura, redistribui a riqueza e a renda maliciosamente, estimula e recompensa a especulação em detrimento da parcimônia e do trabalho, solapa a confiança na justiça inerente ao sistema de livre iniciativa, e corrompe a moral pública e privada.

Mas ela jamais é "inevitável". Sempre poderemos acabar com ela da noite para o dia, se tivermos a vontade sincera de fazer tal coisa.

Fonte: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=118>

A verdade sobre a inflação

O governo consegue parte dos fundos necessários para seu próprio financiamento através da inflação, isto é, aumentando a quantidade de dinheiro em circulação e a quantidade de saldos bancários acessíveis por meio de cheques (ou, para dizer de outro modo, pela diminuição dos depósitos compulsórios).

A consequência inevitável da inflação é o surgimento de uma tendência geral de aumento em todos os preços. Se o governo tivesse obtido todo o dinheiro necessário para suas operações através da taxaço dos cidadãos, o aumento dessa demanda por parte do governo seria contrabalanceado por uma queda da demanda por parte dos contribuintes, que agora têm menos dinheiro. A expansão dos gastos do governo seria neutralizada no mercado por uma restrição do consumo dos contribuintes. Mas havendo inflação, a demanda adicional gerada pelos gastos do governo se junta à demanda não diminuída por parte do público - e, assim, os preços sobem.

O que os burocratas têm em mente quando falam em "combater" a inflação não é *evitar* a inflação, mas *suprimir* suas inevitáveis consequências através do controle de preços. Mas esse é um empreendimento infrutífero. A tentativa de se fixar os preços em um nível menor do que o determinado pelas livres e desimpedidas forças do mercado resulta em negócios nada lucrativos para alguns produtores - aqueles que estariam operando aos custos mais altos. E isso força-os a interromper a produção.

A inflação, em conjunto com o controle de preços, provoca escassez...

Os economistas sabem muito bem que há apenas um meio disponível para impedir mais aumentos nos preços de todas as commodities: acabar completamente com a inflação.

Se o governo obtiver todo o seu financiamento unicamente através da taxaço e, assim, parar de aumentar a quantidade de dinheiro em circulação e parar de tomar emprestado dos bancos comerciais, os preços gerais permanecerão inalterados, e não haverá necessidade de termos controles ditatoriais de preços.

Mas o governo não tem qualquer motivo para querer parar com a inflação. Não é eleitoralmente popular para um governo coletar toda a quantia necessária para seus gastos unicamente através da taxaço. É preferível iludir o público recorrendo ao aparentemente

não oneroso método de aumentar a quantidade de moeda e crédito. Mas, não obstante, qualquer que seja o método de financiamento adotado - seja taxaço, empréstimos ou inflação -, os gastos governamentais vão inevitavelmente incidir por completo sobre o público.

Tanto com a inflação, como com a taxaço ou com empréstimos, são os cidadãos que irão pagar a conta final. A marca característica da inflação, quando utilizada como um método de complementar os cofres do Tesouro, é que ela distribui o ônus da maneira mais injusta possível, sobrecarregando aqueles que são menos capazes de arcar com suas conseqüências - a saber, os mais pobres.

Um truque semântico

Para evitar levar a culpa pelas conseqüências nefastas da inflação, o governo e seus seguidores recorrem a um truque semântico. Eles tentam mudar o significado dos termos. Eles chamam de "inflação" aquilo que é justamente a *conseqüência* inevitável da inflação: o aumento dos preços. Eles ficam ansiosos para relegar ao esquecimento o fato de que esse aumento dos preços é produzido justamente pelo aumento da quantidade de dinheiro e de substitutos monetários na economia. E eles nunca mencionam esse aumento.

Eles culpam as empresas e os empresários por esse aumento do custo de vida. Esse é o caso clássico do ladrão gritando "pega ladrão!". O governo, que é quem produziu a inflação ao multiplicar a oferta monetária, incrimina os produtores e os mercadores, e se jacta de ser o grande paladino dos preços baixos.

Enquanto o governo está ocupado molestando vendedores e consumidores com uma enxurrada de decretos e regulamentações, cujo único efeito é a escassez, o Tesouro e o Banco Central seguem com a inflação.

Fonte: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=101>

A teoria dos ciclos econômicos – Nada dura para sempre

Hoje em dia é usual em economia falar sobre a teoria austríaca dos ciclos econômicos. Essa descrição é extremamente lisonjeira para nós, economistas austríacos, e apreciamos grandemente a honra que nos é dada. Como todas as outras contribuições científicas, contudo, a moderna teoria das crises econômicas não é o trabalho de uma nação. Assim como os outros elementos de nosso presente conhecimento econômico, essa abordagem é o resultado da colaboração mútua de economistas de todos os países.

A explicação monetária do ciclo econômico não é completamente nova. A "Escola Monetária" inglesa já tentou explicar o *boom* pela extensão do crédito resultante da emissão de notas bancárias sem reservas metálicas. Contudo, essa escola não percebia que as contas bancárias das quais se poderia sacar a qualquer momento por meio de cheques, isto é, contas-correntes, têm o exato mesmo papel na extensão do crédito quanto as notas bancárias. Conseqüentemente, a expansão do crédito pode resultar não somente da emissão excessiva de notas bancárias, mas também da abertura de excessivas contas-correntes. É porque ela não compreendia esta verdade que a Escola Monetária acreditava que seria suficiente, para evitar a ocorrência de crises econômicas, colocar em vigor uma legislação restringindo a emissão de notas bancárias sem reservas metálicas, deixando assim a expansão do crédito por meio das contas correntes desreguladas. O Peel's Bank Act de 1844 e leis similares em outros países não atingiram seus efeitos previstos. A partir disto se concluiu erradamente que a tentativa da Escola Inglesa de explicar o ciclo econômico em termos monetários havia sido refutada pelos fatos.

O segundo defeito da Escola Monetária é que sua análise do mecanismo da expansão do crédito e da resultante crise era restrita ao caso no qual o crédito é expandido em apenas um país, enquanto a política bancária de todos os outros se mantém conservadora. A reação que é produzida neste caso resulta dos efeitos do comércio externo. O aumento interno dos preços encoraja as importações e paralisa as exportações. A moeda metálica é drenada para os países estrangeiros. Como resultado, os bancos se deparam com um aumento da demanda por instrumentos de repagamento que eles colocaram em circulação (tais como as notas bancárias sem reservas

e as contas correntes), até o momento em que eles vêem que terão que restringir o crédito. Por fim, o escoamento de moeda limita o aumento dos preços. A Escola Monetária analisou somente este caso particular; ela não considerou a expansão do crédito em escala internacional por todos os países capitalistas simultaneamente.

Na segunda metade do século XIX, esta teoria dos ciclos econômicos caiu em descrédito e a noção de que o ciclo econômico não tinha nada a ver com a moeda e o crédito ganhou aceitação. A tentativa de Wicksell (1898) de reabilitar a Escola Monetária teve vida curta.

Os fundadores da Escola Austríaca de Economia - Carl Menger, Böhm-Bawerk e Wieser - não estavam interessados no problema do ciclo econômico. A análise desse problema foi deixada para a segunda geração de economistas austríacos.

Ao emitir meios fiduciários, pelo que quero denotar notas bancárias sem reservas em ouro ou contas-correntes que não estejam sustentadas completamente por reservas em ouro, os bancos estão numa posição de expandir o crédito consideravelmente. A criação desses meios fiduciários adicionais permite a eles estender o crédito muito além do limite estabelecido por seus ativos e pelos fundos confiados a eles por seus clientes. Eles intervêm no mercado neste caso como "ofertantes" de crédito adicional, criado por eles mesmos, e eles assim produzem uma redução da taxa de juros, que cai abaixo do nível no qual estaria sem essa intervenção. A baixa da taxa de juros estimula a atividade bancária. Projetos que não tinham sido pensados como "lucrativos" se a taxa de juros não tivesse sido influenciada pelas manipulações dos bancos, e que, portanto, não teriam sido levados adiante, podem ser iniciados. O estado mais ativo dos negócios leva a uma maior demanda por materiais de produção e por trabalho. Os preços dos meios de produção e os salários dos trabalhadores aumentam, e o aumento dos salários leva, por seu turno, a um aumento dos preços dos bens de consumo. Se os bancos restringissem qualquer outra extensão do crédito e se limitassem ao que já haviam feito, o *boom* rapidamente pararia. Mas os bancos não desviam de seus cursos de ação; eles continuam a expandir o crédito numa escala maior e maior, e os preços e os salários continuam a subir de forma correspondente.

Esse movimento ascendente não poderia, contudo, continuar indefinidamente. Os meios materiais de produção e o trabalho disponíveis não aumentaram; tudo o que aumentou foi a quantidade de meios fiduciários que pode fazer o mesmo papel de dinheiro na circulação de bens. Os meios de produção e o trabalho que foram desviados para novos empreendimentos tiveram que ser tirados de outros empreendimentos. A sociedade não é suficientemente rica para permitir a criação de novos empreendimentos sem tirar nada de

outros empreendimentos. Enquanto a expansão do crédito continuar, isso não será percebido, mas essa extensão não pode continuar indefinidamente. Pois se uma tentativa fosse feita de parar o movimento ascendente (e o colapso dos preços resultante) criando-se mais e mais crédito, um aumento de preços contínuo e ainda mais rápido resultaria. Mas a inflação e o boom podem continuar suavemente somente enquanto o público pensar que o movimento ascendente dos preços vai parar num futuro próximo. Logo que a opinião pública perceber que não há razão para esperar o fim da inflação, e que os preços continuarão a subir, o pânico se estabelece. Ninguém quer manter seu dinheiro, porque sua posse implica perdas maiores e maiores de um dia para o outro; todos correm para trocar o dinheiro por bens, as pessoas compram coisas que não têm nenhuma serventia para elas sem nem mesmo considerar o preço, apenas para se livrar do dinheiro. Esse é o fenômeno que ocorreu na Alemanha e em outros países que seguiram uma política de prolongada inflação e que ficou conhecida como o "vôo para os valores reais". Os preços das mercadorias aumentam enormemente assim como as taxas de câmbio, ao passo que o preço da moeda doméstica cai até quase zero. O valor da moeda é destruído, como foi o caso na Alemanha em 1923.

Se, pelo contrário, os bancos decidissem parar a expansão do crédito a tempo de prevenir o colapso da moeda e se um freio for assim colocado no *boom*, rapidamente se verá que a falsa impressão de "lucratividade" criada pela expansão do crédito levou a investimentos injustificados. Muitos empreendimentos ou práticas de negócio que foram iniciadas graças à baixa artificial dos juros, e as quais foram sustentadas graças ao aumento igualmente artificial dos preços, não mais parecem lucrativas. Algumas empresas diminuem suas escalas de operação, outras fecham ou vão à falência. Os preços entram em colapso; crise e depressão se seguem ao *boom*. A crise e o período seguinte de depressão são a culminação do período de investimentos injustificados criado pela extensão creditícia. Os projetos que devem suas existências ao fato de que eles pareciam "lucrativos" nas condições artificiais criadas no mercado pela extensão do crédito, e o aumento dos preços que resultou dele, deixaram de ser "lucrativos". O capital investido nesses empreendimentos é perdido na medida em que estão presos a eles. A economia precisa se adaptar a essas perdas e à situação que elas trazem. Neste caso, a coisa a se fazer em primeiro lugar é restringir o consumo e, economizando, construir novos fundos de capital para fazer com que o aparato produtivo se adapte às verdadeiras demandas, e não às demandas artificiais que nunca poderiam se manifestar e serem consideradas reais, exceto como uma consequência do falso cálculo de "lucratividade" baseado na extensão do crédito.

O "boom" artificial foi criado pela extensão do crédito e pela baixa na taxa de juros conseqüente à intervenção dos bancos. Durante o período de extensão do crédito, é verdade que os bancos progressivamente a taxa de juros; de um ponto de vista puramente aritmético, ela acaba sendo mais alta do que no começo do *boom*. Esse aumento da taxa de juros é, contudo, insuficiente para restabelecer o equilíbrio no mercado e para parar o *boom* insalubre. Pois num mercado onde os preços estão aumentando continuamente, os juros brutos precisam incluir em adição aos juros sobre o capital no sentido estrito - i.e., a taxa líquida de juros - outro elemento que representa a compensação pelo aumento dos preços durante o período de empréstimos. Se os preços aumentam de forma contínua e se o tomador do empréstimo como resultado auferir um lucro suplementar da venda de mercadorias que comprou com o dinheiro emprestado, ele terá que pagar uma taxa de juros mais alta que teria pago num período de preços estáveis; o capitalista, por outro lado, não estará disposto a fornecer empréstimos sob essas condições, a não ser que os juros incluam uma compensação pelas perdas que a diminuição do poder de compra da moeda ocasionam para os credores. Se os bancos não levarem em consideração essas condições ao estabelecerem a taxa bruta de juros que demandam, suas taxas precisam ser consideradas como mantidas artificialmente a um nível baixo demais, mesmo se a partir de um ponto de vista puramente aritmético elas parecem muito mais altas que aquela que prevaleceria em condições "normais". Assim, na Alemanha uma taxa de juros de várias centenas por cento poderia ser considerada baixa demais no outono de 1923 por causa da acelerada depreciação do marco.

Uma vez que uma reversão do ciclo econômico se estabelece em seguida à mudança da política bancária, se torna muito difícil obter empréstimos por causa da restrição geral do crédito. A taxa de juros conseqüentemente aumenta muito rapidamente como resultado de um repentino pânico. Presentemente, ela cairá novamente. É um fenômeno bem conhecido, de fato, que em um período de depressões uma taxa de juros muito baixa - considerada do ponto de vista aritmético - não consegue estimular a atividade econômica. As reservas em dinheiro dos indivíduos e dos bancos crescem, os fundos líquidos se acumulam, contudo a depressão continua. Na crise presente [1936], a acumulação dessas reservas de ouro "inativas" tomou proporções desordenadas por um motivo particular. Como é natural, os capitalistas desejam evitar o risco de perdas advindas das desvalorizações contempladas pelos vários governos. Dado que os riscos monetários consideráveis que a posse de títulos ou de outros seguros que carregam juros ocasionam não são compensados por um correspondente aumento da taxa de juros, os capitalistas preferem manter seus fundos numa forma que permita a eles, nesse caso, proteger seu dinheiro das perdas inerentes a uma eventual desvalorização por uma rápida conversão para uma moeda não

imediatamente ameaçada pelo prospecto de desvalorização. Essa é a simples razão pela qual os capitalistas estão relutantes hoje em dia em se amarrarem, através de investimentos permanentes, a uma moeda particular. É por isso que eles permitem que suas contas bancárias cresçam mesmo quando elas dão bem pouco retorno de juros, e manter ouro, o qual não apenas não paga juros, mas também tem custos de armazenamento.

Outro fator que está ajudando a prolongar o presente período de depressão é a rigidez dos salários. Salários aumentam em períodos de expansão. Em períodos de contração, eles devem cair, não apenas em termos monetários, mas em termos reais também. Ao evitar a baixa dos salários durante um período de depressão, a política dos sindicatos torna o desemprego um fenômeno massivo e persistente. Além disso, essa política adia a recuperação indefinidamente. Uma situação normal não pode retornar até que os preços e salários se adaptem à quantidade de dinheiro em circulação.

A opinião pública tem total razão em ver o fim do *boom* e a crise como uma consequência da política dos bancos. Os bancos poderiam sem dúvida atrasar os desenvolvimentos desfavoráveis por algum tempo mais. Eles poderiam ter continuado suas políticas de expansão creditícia por um tempo. Mas - como nós já vimos - eles não poderiam ter persistido indefinidamente sem se arrisquem ao completo colapso do sistema monetário. O *boom* criado pela política dos bancos de estender o crédito precisa necessariamente terminar cedo ou tarde. A não ser que eles queiram deixar sua política destruir completamente o sistema monetário e de crédito, os próprios bancos precisam pará-la antes que a catástrofe ocorra. Quanto mais tempo o período de expansão do crédito levar e quanto mais tempo os bancos atrasarem a mudança de suas políticas, piores serão as consequências dos mal-investimentos e da especulação desordenada que caracteriza o boom; e como resultado, mais longo será o período de depressão e mais incerta a data de recuperação e o retorno à atividade econômica normal.

Se tem sugerido freqüentemente "estimular" a atividade econômica e "encorajar o crescimento" recorrendo a uma nova extensão do crédito que permitiria que a depressão terminasse e traria uma recuperação ou pelo menos um retorno às condições normais; os defensores desse método esquecem, contudo, que mesmo que ele possa superar as dificuldades do momento, ele produzirá uma situação pior num futuro não muito distante.

Finalmente, será necessário entender que as tentativas de baixar artificialmente a taxa de juros que surgem no mercado, através de uma expansão do crédito, só podem produzir resultados temporários e que a recuperação inicial será seguida por um declínio mais

profundo que se manifestará como uma completa estagnação da atividade comercial e industrial. A economia não será capaz de se desenvolver harmoniosamente e suavemente, a não ser que todas as medidas artificiais que interferem no nível de preços, salários e taxas de juros, como determinadas pela livre interação das forças econômicas, sejam abandonadas de uma vez por todas.

Não é tarefa dos bancos remediar as conseqüências da escassez de capital ou os efeitos de uma política econômica incorreta por uma extensão do crédito. É certamente infeliz que um retorno para uma situação econômica normal hoje em dia seja retardada pela política perniciosa de restrição do comércio, por armamentos e pelo justificado medo de uma guerra, para não mencionar a rigidez dos salários. Mas não são por medidas bancárias e pela expansão creditícia que essa situação será corrigida.

Fonte: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=149>

Entendendo a Inflação

Entenda o que é a inflação, como ela é gerada e como combatê-la.

Compartilhe este Conteúdo

Você tem permissão para repassar este e-book e compartilhar esta informação, desde que mantenha o conteúdo original. Lembre-se que este conteúdo pode ser útil para outras pessoas. Repasse e compartilhe – utilize o poder da Internet para a democratização da informação.

Para Baixar Centenas de Livros Digitais acesse:

<http://www.elivros-gratis.net>